



UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA CATEGORIA MULHER E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO “MINDJER IKA TAMBUR” NA GUINÉ-BISSAU

Sofonias Lopes Jó¹
Jardel Augusto Manjami²
Ricardo Ossagô De Carvalho³

RESUMO

Desde a gênese da humanidade, a mulher foi designada de parceira e ajudante do homem, porém as interpretações e aplicações práticas foram se distanciando dessa realidade ao longo do tempo, principalmente nas sociedades ocidentais. Com a colonização das sociedades africanas, especificamente da Guiné-Bissau que outrora a mulher era vista como o centro e o princípio organizador da estrutura familiar, foi desmantelado assim como todas as organizações sociais e políticas do território guineense. Com a perda do poder da decisão da matrifocalidade em detrimento do patriarcado europeu alienado a sociedade guineense, a submissão e outras práticas violentas contra as mulheres emergiram dentro da esfera social mesmo depois da independência em 1973. Este trabalho visa analisar bibliograficamente a situação e o espaço onde as mulheres guineenses se inserem e as situações de violências que atravessam o espaço de convivência delas, sobretudo na esfera política e educacional. Por outro lado, a análise baseada na interseccionalidade foi importante para explicar esta dinâmica. O movimento “Mindjer ika Tambur” que significa mulher não é tambor, é uma organização não governamental de jovens ativistas unidas com o propósito de lutar pelos Direitos Humanos das mulheres e das crianças. A discussão sobre o gênero e as suas implicações negativas dentro da sociedade guineense, tem sido colocado de lado, pelas instituições alienadas às estruturas de dominação patriarcal por muito tempo, mas há quatro anos atrás, as mulheres se levantaram para discutir o seu enquadramento dentro da sociedade e determinadas a lutar pela igualdade.

Palavras-chave: violência; mulher; colonização; interseccionalidade.

UNILAB - CE, IH - Sociologia, Discente, sofoniaslopesjo2018@gmail.com¹

UNILAB - CE, IH - Humanidades, Discente, augustomanjamijardel97@gmail.com²

UNILAB - CE, IH - Humanidades, Docente, ciencia politicahoje@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

Muito se tem visto recentemente na Guiné-Bissau iniciativas das mulheres que visam dismantlar por meio das lutas as estruturas sociais dominantes consideradas machistas e sexistas no seio da sociedade. Essa estrutura de dominação masculina teve um percurso de longa duração, mas não se pode negar que a estrutura colonizadora teve um grande papel em determinar a continuidade desta prática, visto que a estrutura familiar ocidental é patriarcal, o que reforçou ainda mais esta lógica em quase todos os âmbitos sociais. O objetivo desse trabalho é analisar a realidade do contexto social das meninas/mulheres guineenses a partir de onde elas figuram no contexto social, e a tarefa do movimento “Mindjer ika Tambur” em prol da igualdade do gênero. A violência contra as mulheres é uma preocupação ansiosa na Guiné-Bissau. Isso inclui violência doméstica, casamentos forçados, e mutilação genital feminina. As meninas enfrentam barreiras para acessar a educação, incluindo apresentam taxas de matrícula mais baixas do país, o que chama muita atenção, e para além disto, existem normas culturais que favorecem mais a educação dos meninos do que as meninas. No aspecto político, as mulheres são sub-representadas nos cargos políticos e têm acesso limitado aos processos de tomada de decisão. Observando esse cenário, é inverossímil ficar indiferente perante essa causa, pois é urgente discutir a condição do gênero e as suas relações, mas muito mais que isso é importante fazer essa análise que requer uma abordagem interseccional. O ensaio é um trabalho bibliográfico baseada nos diferentes textos que abordam esta questão, mas principalmente os textos da Oyérónké Oyěwùmí (2004), Djamila Ribeiro (2017 e 2019) e Kimberley Crenshaw (2002).

METODOLOGIA

Este trabalho é frutos das abordagens realizadas nas disciplinas de Sociologia Africana 2 e a Sociologia das Relações Étnico-Raciais. Ora, para a realização deste resumo, utilizamos a metodologia qualitativa de cunho bibliográfico, com acesso a várias fontes de informação. Para Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base nos materiais já publicado e a sua principal relevância reside no fato de permitir ao pesquisador ter um acesso a enorme dados e fontes que poderiam ser árduo e custoso para encontrar se fossem pesquisados de uma forma direta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão do gênero ganhou nos últimos anos uma grande notoriedade quase em toda parte do mundo, até mesmos os países conservadores, nitidamente perceberam esse vento de grande mudança nas questões do gênero. O grande debate sobre o gênero, lugar de fala, e lugar da mulher na sociedade guineense teve um grande impulso nos últimos quatro anos atrás.

O processo colonial foi muito violento, para além de estigmatizar de forma preconceituosa e racista a população, também dismantelou as estruturas políticas e sociais dos povos africanos, sobretudo a Guiné-Bissau. A importante feminista nigeriana Oyérónké Oyěwùmí (2004), ao discutir a questão do gênero na África, teceu as duras críticas contra a universalização do conceito mulher pelas feministas euro-americanas, por outro lado, enfatiza sobre a predominância da hierarquia na estrutura familiar euro-americanas. Essa teoria do feminismo que tem como centro a família nuclear ocidental, está centrada em uma mulher subordinada à um marido patriarcal. Dentro desta perspectiva, as mulheres tornam-se em esferas privados da subordinação, mas esse padrão não é universal, segundo Oyérónké (2004). Ao contrário desta teoria, Oyérónké (2004), mostra como na África Ocidental a configuração da família está definida, para além da categoria mulher ser sinônimo da procriação. Ainda na análise desta autora, a matrifocalidade era dos



principais sistemas familiares africanos, a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas. Oyérónké (2004), afirma que, um dos efeitos do eurocentrismo, é na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade.

Alguns aspetos ajudaram a moldar e conservar esse padrão familiar como, a religião, as práticas culturais e a educação. A religião cristã teve papel influentemente quanto a definição e ordenação da estrutura familiar africana vigente. A conquista do matriarcado pelo patriarcado reverteu a relação do gênero na África, possibilitando desta forma a submissão da categoria mulher. Mas, é visível que nem todas as mulheres são submissas, ou passam por estas práticas de subordinação, portanto não se pode universalizar a submissão, no entanto, é preciso uma análise cuidadosa para demonstrar quais passam por estes problemas. Que mulheres mais sofrem a submissão e a violência? Djamila Ribeiro (2017) salienta que, para analisar estas condições é sempre importante levar em consideração outras intersecções. Para Crenshaw (2002), deve-se pautar pelos fatores relacionados as suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça/cor, etnia, religião, origem nacional e a orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença”. O colorismo e o origem, é um problema, tanto para mulheres quanto para homens. Djamila Ribeiro (2019), afirma que, nesse sentido, mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas.

A análise da Djamila, está mais focada para a questão racial imperante na sociedade brasileira, é uma boa possibilidade de analisar as implicações do colorismo na Guiné. Cor/raça, religião, classe, território e a etnia, são marcadores constantes da discriminação das mulheres na Guiné- Bissau. O movimento “MINDJER IKA TAMBUR” tem-se destacado na luta contra todas as formas de opressão e discriminação das mulheres e das crianças, mas sobretudo fazer valer a igualdade de gênero, e das oportunidades de as meninas poderem estudar e sonhar. Porém, a luta desse movimento não está fácil, porque existem homens que menosprezam a causa, buscam interromper e dismantelar os objetivos traçados.

Mulheres de comunidades que são raciais, cultural ou economicamente marginalizadas têm se organizado ativamente, em pequena ou grande escala, a fim de modificar suas condições de vida. [...]Mulheres que insistem em defender seus direitos contra certos abusos que ocorrem dentro de suas comunidades arriscam serem vítimas de ostracismo ou de outras formas de desaprovação por terem presumivelmente traído ou constringido suas comunidades (CRENSHAW, 2002, p.11).

As mulheres que buscam reverter a situação da dominação e discriminação, são taxadas, criticadas e humilhadas de várias formas porque estão mexendo com uma estrutura social que parece configurar os modos de vidas em dogmas.

Parafraseando Ribeiro (2017), se a busca pelo lugar de fala e pela promoção das vozes femininas e sua inserção nos âmbitos da vida social, como na política, na educação entre outras, se converte numa interrupção de vozes hegemônicas e da estrutura de dominação/submissão das mulheres, é porque a busca pelo lugar de fala está operando em favor da possibilidade de emergência de vozes historicamente interrompidas, assim como, dismantelar essa estrutura social de submissão das mulheres. A tentativa vã de homens que tentam reprimir a luta desse movimento, busca manter e continuar a promover o patriarcalismo. Ribeiro (2017), aponta está tentativa como “voltem para seus lugares”. Djamila Ribeiro afirma: “perceber-se é algo transformador. É o que permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis” (RIBEIRO, 2019, P. 69). Portanto, é importante olhar atentamente como as mulheres são discriminadas.

CONCLUSÕES

Falar da discriminação das mulheres, pressupõe analisar diferentes âmbitos da perspectiva social. As mulheres que buscam reverter a situação da dominação e discriminação, sofrem algumas consequências, que muitas vezes acabam por ser condicionante negativos dentro da sociedade. O privilégio masculino, o colorismo e entre outras violências, são fatores que não devem existir numa sociedade democrática. Portanto, é preciso criar estratégias para reconhecer todos os tipos da opressão, assim como combater essa opressão para permitir a mobilidade social das mulheres dentro da esfera social.

AGRADECIMENTOS

Nossa sincera gratidão pela Unilab, por ter nos concedido a oportunidade de formar.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 10, n.1, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.